



“A BATALHA DO IMPEACHMENT”: UM SÍTIO BÉLICO DE SIGNIFICÂNCIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A POLÍTICA

Rudá da Costa Perini¹

O presente trabalho é fruto das reflexões feitas em nossa dissertação de mestrado a qual se encontra, ainda, em fase embrionária de seu desenvolvimento. Assim, tomamos como objeto as materialidades discursivas – isto é, a materialização do discurso, atravessado por historicidade e ideologia, na língua – do discurso jornalístico *sobre* a instauração do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Roussef para pensar a instauração de um sítio bélico de significância ao redor de “batalha”, como veremos à frente. Esta questão, resumidamente, reflete o nossos primeiros gestos de análise, as primeiras (re)leituras do arquivo, nos quais nos deparamos com uma regularidade: o comparecimento de palavras que instauram sentidos bélicos, como “batalha”. Adotaremos, portanto, a noção de discurso *sobre*, seguindo Mariani (1996), para explorar, dentre outros pontos, o lugar de onde se produz o discurso jornalístico, ou seja, as posições-sujeito que enunciam nos jornais, no espaço midiático de circulação, entendendo que

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral representam lugares de autoridade em que se efetua algum de tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já conhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64)

Deste modo, pode-se pensar que o discurso jornalístico *sobre* a política funciona como um tipo específico de *discurso sobre*, já que tenta traduzir, decodificar, explicar o mundo colocando-o de maneira fragmentária como objeto das notícias, infográficos, artigos de opinião, etc., e contraditoriamente sustentando um efeito de totalidade, como se ali (nas páginas dos jornais) estivesse tudo que há para se saber sobre determinado assunto. No que tange a noção de “política”, não aprofundaremos neste texto a discussão sobre ela quanto objeto científico, no entanto, ao formular “o discurso jornalístico sobre a política” estamos nos referindo à conjuntura política em sentido amplo, isto é, aos acontecimentos ocorridos no espaço político institucional.

Interessa-nos, nessa visada do *discurso sobre*, observar os procedimentos de construção discursiva do referente (o que denominaremos aqui de impeachment/golpe) como uma batalha contundente entre forças antagonicas na qual apenas uma deve ser vitoriosa, configurando um sítio bélico de significância através do emprego de palavras e famílias parafrásticas. Pensamos a noção de sítio de significância a partir das formulações de Orlandi (1993) e Mariani (1996) como uma região de sentidos de fronteiras mais ou menos delimitadas pelas formações discursivas, em outras

¹ Graduado em Letras Português-Literatura pela UFF. Mestrando em Estudos de Linguagem na linha de pesquisa Teoria do Texto do Discurso e da Interação na UFF sob orientação da Prof^a Dr.^a Vanise Gomes de Medeiros.



palavras, podemos imaginar uma rede de palavras conectadas por determinados sentidos dentro de uma formação discursiva dada, havendo sempre a possibilidade de atravessamentos de outras formações discursivas.

Com isso, tentaremos analisar no *corpus*, compreendido em nossa posição teórica como “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP² do discurso.” (COURTINE, 2014, p. 54), o movimento dos sentidos em sequências discursivas referindo-se à votação de admissibilidade do pedido de impeachment pela câmara dos deputados em sessão realizada em um domingo com transmissão ao vivo pela TV aberta. O *corpus* será construído a partir dos jornais *O Globo* (na edição de 18/04/2016) e *Brasil de Fato* (em sua edição de 18 a 20/04/2016) levando em consideração suas condições de produção e circulação. Tais condições são bastante diferentes, o que nos interessa para pensar o que se produz em termos discursivos a partir delas. Assim, temos o jornal *Brasil de Fato*, que se posiciona como um veículo que oferece “uma visão popular do Brasil de do mundo”³ e aborda, principalmente, questões sociais, econômicas e políticas locais, nacionais e internacionais publicando, no Rio de Janeiro, dois números por semana que são distribuídos gratuitamente em diversos pontos do estado (é com uma edição do Rio de Janeiro que trabalhamos). *O Globo* posiciona-se como um jornal que “produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”, isto é, “noticia os fatos, analisa-os, opina, mas com a intenção consciente de não ter um viés, de tentar traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas.”⁴ Publica diariamente e nacionalmente uma edição que é vendida na maioria das bancas ou distribuída para assinantes. Ambos possuem acervos digitais das versões impressas, e foi a elas que recorreremos para montar nosso arquivo.

Partindo do marco histórico e discursivo da votação na Câmara – que pareceu muito mais um espetáculo roteirizado de agradecimentos e homenagens do que um rito formal, uma encenação – levaremos em consideração a distinção entre os conceitos de acontecimento discursivo, histórico e jornalístico. O acontecimento discursivo é aquilo que irrompe “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16) causando abalo na rede de discursos estabilizados, nos termos de Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 172), “o acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”. O acontecimento histórico, parafraseando Le Goff (1996), em síntese, seria um fato pontual, que dada sua relevância passa a ser rememorado na História, fazendo parte do que é lembrado como significativo compondo o passado narrado pela ciência histórica. Cabe destacar que, da ótica da Análise do Discurso, os fatos clamam sentido, isto é, o que é rememorado

² Condições de produção, ou seja, a circunscrição discursiva-enunciativa configurada pela soma de sujeitos, situação imediata, o contexto sócio-histórico e ideológico, memória e interdiscurso.

³ Este enunciado comparece como subtítulo do jornal, como pode ser visto em qualquer edição impressa ou mesmo em seu site: <https://www.brasildefato.com.br/>

⁴ Tal posicionamento fica bem demarcado por seus princípios editoriais, fonte dos enunciados citados, que pode ser lido em <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#definicao-do-jornalismo>



na História produz efeitos de sentido diversos. O acontecimento jornalístico, nas palavras de Dela-Silva, é

como um fato, uma ocorrência no mundo; mas um fato que gera uma notícia, que por sua relevância perante a avaliação dos jornalistas do que se constitui como interesse público, merece estar presente nas edições diárias dos noticiários impressos ou eletrônicos. Trata-se de um acontecimento enquanto referente, com uma existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever. (DELA-SILVA, 2008, p. 15)

A partir da noção de *discurso sobre* e das reflexões suscitadas pelos conceitos de acontecimento conforme trouxemos acima, mobilizaremos, com o propósito de operacionalizar a análise, as noções de memória discursiva, paráfrase, polissemia e silêncio as quais serão norteadoras no rumo de pensar certas regularidades do *corpus*, entre elas um sítio bélico de significância em torno da palavra “batalha”. Com isso, construímos um dispositivo teórico de análise a partir de tais noções, ou ainda, um observatório de onde se propõe a (tentar) apreender nosso objeto: o discurso.

A memória discursiva é aquilo que se atualiza na retomada do dizer, é o que o sustenta. Pode ser entendida, também, como interdiscurso, isto é, dispersão de textos ao longo da história formando uma espécie de reserva heterogênea e dispersa de discursos outros produzidos anteriormente e já esquecidos que sustentam o discurso atual, ou seja, o já dito, e esquecido, que está na base do dizível. Pêcheux, a respeito da memória discursiva, formula: “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos.” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Há, portanto, o choque entre forças de estabilização e desregulação de sentidos, logo, um jogo de paráfrase, retorno aos mesmos dizeres, e polissemia, ruptura de sentidos sedimentados. A noção de silêncio é elaborada por Orlandi:

Por isso, distinguimos entre: a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura). (ORLANDI, 2007, p. 24)

Para nosso gesto de análise se mostra mais produtivo a política do silêncio, em especial o silêncio constitutivo, pois na relação entre as palavras de um sítio de significância há sempre o emprego de palavras que silenciam outras.

Assim, serão focalizados os efeitos de sentidos produzidos nos/pelos jornais através de repetição/estabilização, silenciamento e deslocamento no espaço midiático – historicamente privilegiado com *status* institucional – de (re)produção e disputa de sentidos via discursivização de uma batalha. No movimento analítico, nos engajaremos em um gesto (possível) de, partindo das palavras em rede de sentidos, questionar as evidências produzidas pelo funcionamento da ideologia no discurso dos sujeitos nos jornais ao filiar-se, identificar-se, ou contraidentificar-se com tais ou



quais formações discursivas, pondo em movimento, certos (efeitos de) sentidos sobre batalha. Sinalizamos, ainda, que uma formação discursiva pode ser compreendida como “aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2012, p. 77) podendo, ainda, ser atravessada por outras formações discursivas diversas pois suas margens são porosas. No entanto, é importante ressaltar, as formações discursivas não estão dadas *a priori*, isto é, só podem ser identificadas, mapeadas, nomeadas, posteriormente ao esforço de análise, porque é justamente por esta via que teremos indícios das formações discursivas que atravessam o discurso em análise.

Feitas tais considerações, formulamos algumas questões a serem trabalhadas no *corpus*: a) como o processo o impeachment/golpe se discursiviza como uma batalha? b) o que se tenta estabilizar e o que é silenciado? c) há algum acontecimento discursivo instaurando contradição dentro das formações discursivas as quais se inscrevem os jornais?

Com isso, trazemos a seguir algumas sequências discursivas a fim de esboçar um procedimento de análise:

SD1(BF) “Câmara dos Deputados aprova golpe contra Dilma” (Jornal Brasil de Fato, 18 a 20/04/2016, manchete)

SD2(BF) “Presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, a sessão da Câmara dos Deputados aprovou, neste domingo (17), a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rouseff. A batalha segue no Senado e nas ruas.” (Jornal Brasil de Fato, 18 a 20/04/2016, linha fina da manchete).

SD3(OG), “Batalha no Congresso.” (Jornal O Globo 18/04/2016, chapéu da manchete)

SD4(OG) “Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma.” (Jornal O Globo 18/04/2016, manchete).

Em SD2(BF), “a batalha” aparece retomando “a abertura do processo de impeachment”, que “segue no senado”. No entanto, esta “batalha” também é travada “nas ruas”, ou seja, não se trata apenas do rito jurídico, do processo, ativa-se uma memória discursiva de militância dividindo o sentido de “batalha”. Em SD4(OG) não há retomada da SD3(OG) apesar de estarem dispostas uma acima da outra na página, instaurando-se um processo outro de discursivização, isto é, há certa indefinição acerca de “batalha” no enunciado de SD3(OG), em primeiro lugar por não haver um determinante como em “a batalha segue no senado e nas ruas” como lemos em SD2(BF), e em segundo lugar em razão de “batalha” em SD3(OG) comparecer isoladamente apenas situada no espaço por “no congresso”. Em SD2(BF), “nas ruas” evoca um sentido de protesto, mobilização popular contra o processo, levando em consideração que, em SD1(BF), lemos “Câmara dos Deputados aprova **golpe** contra Dilma”, isto é, a “batalha” que segue nas ruas é do povo contra o “golpe”. Tal formulação é possível, por paráfrase, apenas em BF o que nos dá pistas de que as batalhas são distintas em OG e BF, apesar do sítio de significância em ambos retomar sentidos bélicos, de luta, de guerra. Além disso, SD2(BF) traz a palavra “golpe” também por retomada na



correspondência das estruturas sintáticas entre: “Câmara dos Deputados aprova **golpe** contra Dilma” e “a sessão da Câmara dos Deputados aprovou, neste domingo (17), a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rouseff”. Isto é, o complemento do verbo aprovar em SD1(BF) é “golpe contra Dilma” e em SD2(BF) é “a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rouseff”. Deste modo, o sujeito-jornalista posiciona-se discursivamente ao referir-se ao processo como golpe, reterritorializando a “batalha” em outra região de sentidos em relação às SD3 e 4(OG) que circunscrevem-se apenas numa região formal ou jurídica ao falar *sobre* o processo.

Logo, tanto em SD1 e SD2(BF), quanto em SD3 e SD4(OG) temos o emprego de “batalha” configurando o que estamos chamando de sítio bélico de significância, isto é, uma região de sentidos margeando o sentido de “batalha” que é, via paráfrase, estabilizado, constituindo a evidência de uma batalha. O sentido de batalha é posto como evidente por um efeito de pré-construído. Para tanto, o pré-construído é concebido como um componente do interdiscurso, a parte relativamente estável, uma forma de nominalização, o conhecido não esquecido. Da forma que propõe Pêcheux (1975), seria “como se esse elemento já se encontrasse sempre-aí por efeito da interpelação ideológica”, isto é, um objeto simples do mundo proveniente de outros discursos, já “conhecido por todos”, o que é denominado e evidente para os sujeitos. Além disso, em SD4(OG), lemos o aposto “25 a mais que o necessário” que pode dar a ler “batalha vencida com folga”, “vitória esmagadora”, ou seja, o sujeito-jornalista que escreve a manchete ressalta uma informação considerada relevante deixando também indícios da formação discursiva na qual se inscreve sendo possível formular: a “batalha no congresso foi vencida”. Mas quem venceu?

REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese de doutorado defendida sob orientação de Monica Graciela Zoppi Fontana. Campinas: 2008.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise. *Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história*. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. 4ªEd. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado defendida sob orientação de Eni Puccinelli Orlandi. CAMPINAS: 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. [et al]; *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.



_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 7ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

Jornal *O Globo: Primeiro Caderno* (18/04/2016) disponível para assinantes no link: <http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020160418>

Jornal *Brasil de Fato* (18 a 20 /04/2016) disponível no link: https://issuu.com/brasildefatorj/docs/brasil_de_fato_-_171_web